

PESQUISA HISTÓRICA E ARQUIVOS PESSOAIS: O EXEMPLO DO ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA

ANGELA DE CASTRO GOMES*

Início agradecendo a meus colegas brasileiros, na pessoa de Maria Helena Bastos, pelo convite que recebi para integrar essa mesa-redonda. É um privilégio estar aqui hoje, ao lado de Margarida Felgueiras, revendo velhos amigos e procurando fazer novos. Essa mesa se encontra em eixo do Congresso, intitulado PRESERVAR, o que me levou a escolher falar sobre arquivos pessoais.

É trivial afirmar, que só é possível o desenvolvimento de pesquisa acadêmica séria e bem fundamentada quando se dispõe de documentação para atestá-la, ou seja, quando os registros produzidos por um indivíduo, grupo ou instituição, além de não serem destruídos pela ação do tempo e do homem, são por eles mantidos, arranjados e colocados ao acesso do público para consulta, visando fins diversos, com destaque, a pesquisa científica. Por isso e por seus encantos, escolhi falar sobre esse tipo de arquivo. Mas há uma razão especialmente cara para mim. Posso dizer que aprendi a ser historiadora em contato com esse tipo de arquivo, refletindo sobre suas características e me beneficiando como pesquisadora e professora, da riqueza e valor históricos de suas informações.

Assim, as reflexões que se seguem estarão divididas em duas partes. Inicialmente farei alguns breves comentários para relacionar a “descoberta” dos arquivos pessoais com as importantes transformações ocorridas no campo historiográfico nas décadas

* Angela de Castro Gomes é professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF); professora visitante sênior da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); e professora emérita do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. É autora de artigos e livros, entre os quais: GOMES, Angela Castro; HANSEN, Patrícia, orgs. (2016) – *Intelectuais mediadores: projeto cultural e ação política*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

finais do século XX, que assinalam uma profunda renovação teórica e metodológica da disciplina, com o reconhecimento da legitimidade de novos atores, objetos e fontes para a pesquisa. No campo arquivístico, também em movimento relacional, interessa chamar a atenção para o novo estatuto dos arquivos pessoais, com os desdobramentos que provoca. Numa segunda parte, para ressaltar as características dos arquivos pessoais, em particular de intelectuais, trabalharei com o exemplo do arquivo de Gustavo Capanema, um político-intelectual brasileiro, decisivo para a história da educação do país. Esse arquivo, por seu caráter monumental e por suas especificidades, é muito “bom para pensar”. Então vamos lá.

1. RUMO AOS ARQUIVOS PESSOAIS

No Brasil de hoje, pode-se afirmar que a preservação e utilização de arquivos pessoais para a pesquisa, em diversas áreas do conhecimento, são muito valorizadas. Desde os anos 1990, o Estado, através do Conselho Nacional de Arquivos, o Conarq, reconhece os arquivos pessoais como de interesse público e valor histórico, estimulando sua identificação e recolhimento a instituições memoriais de custódia, sejam arquivos, museus, bibliotecas ou centros de memória. Como se nota, algo muito recente, até porque, tanto no Brasil como internacionalmente, a “descoberta” desses arquivos, grosso modo, data dos anos 1970, quando se inicia um esforço de reflexão sobre suas especificidades.

Até então, na área da História, eram apenas os historiadores da arte, um objeto de estudo entendido como muito particular, que usavam esse tipo de fonte. Ou seja, eram os historiadores que não trabalhavam com os temas considerados mais “nobres” e decisivos da disciplina, que recorriam a essa documentação, o que, digamos, se justificava pelo caráter único, excepcional, genial do artista. Também até então, no campo arquivístico, os documentos dos arquivos pessoais eram tratados com base em práticas biblioteconômicas: como documentos avulsos. Assim, a valorização e uso desses arquivos é, ao mesmo tempo, sintoma e causa de grandes mudanças no campo historiográfico e arquivístico.

Uma delas se traduz pela conformação e compartilhamento de conceitos, que passam a marcar a História e procuram dar conta de uma nova forma de experimentar o tempo, vivenciada pelas sociedades do pós-Segunda Guerra Mundial. Estou me referindo, tanto às proposições de Koselleck, sobre a disjunção entre o que chama de «espaço de experiência» e «horizonte de expectativa» dos atores sociais; como às de Hartog, que propõe o conceito de regime de historicidade presentista. A elas ainda se pode agregar, a ideia de Huyssen, de que as sociedades contemporâneas, devido a essa nova consciência temporal, tornam-se sociedades memoriais. Para

este autor, tais sociedades estariam dominadas por um fenômeno político-cultural surpreendente: o da emergência de uma «cultura da memória» ou de um desejo e até necessidade de «volta ao passado», como ancoragem para a conformação de identidades de todos os tipos.

Entre os fatores mais apontados para a expansão de tal «movimento memorial», está a globalização, sobretudo quando associada às mudanças dos processos de comunicação. Os avanços tecnológicos, acarretando uma instantânea possibilidade de circulação de informações, produziram, de um lado, um imenso acúmulo de fatos/eventos noticiados em “tempo real”, o que traz impactos à sensibilidade humana, que vê/sente o que está se passando, em qualquer lugar do mundo, enquanto está se passando. De outro, essa mesma velocidade joga rapidamente para o passado, inúmeros presentes, que mal podem ser assimilados e ordenados. Uma realidade que acarreta uma incômoda sensação de medo de perda de referências e de esvaziamento do tempo. É como se identificássemos uma dinâmica de difícil articulação entre presente, passado e futuro, já que o que estávamos acostumados a encontrar nessa inter-relação foi perdido de forma vivida como ameaçadora.

É nesse contexto que ocorre o que ficou conhecido como *boom* memorial, expresso por uma demanda social de musealização e arquivamento da vida, inclusive, da vida cotidiana de indivíduos. Ligado a isso, ocorre um maior envolvimento de historiadores com instituições memoriais, que se multiplicam e se voltam quer para a guarda de arquivos acumulados por instituições, quer por indivíduos e, nesse caso, tanto os grandes homens, como os homens comuns. Dessa forma, vive-se um processo de descentralização, de desmistificação e de dessacralização de arquivos e museus, na medida em que eles passam a receber documentação com características muito variadas.

O enfrentamento das questões trazidas pelo reconhecimento dos arquivos pessoais como legítimos arquivos, pela teoria arquivística, exigiu reflexões teóricas, só possíveis, em função de um diálogo interdisciplinar com a área das ciências humanas e sociais. Vale lembrar, que há poucas décadas, só se atribuía o estatuto de arquivo “verdadeiro” a um conjunto de documentos que tivesse sido produzido e acumulado por instituições públicas. Portanto, mesmo quando uma razoável ou grande massa de documentos tivesse sido acumulada por pessoas e, mesmo quando esse material tivesse sido recebido e tratado por instituições arquivísticas (públicas ou privadas), não havia nenhuma preocupação especial com tal tipo de arquivo. Essa documentação, portanto, ou não era reconhecida como um arquivo “de fato”, ou era entendida como um arquivo menor, de segunda classe.

Essa trajetória do estatuto dos arquivos pessoais é um dos motivos para exigência de reflexões sobre a natureza de tal documentação, que impacta o campo arquivístico como um todo. Um exemplo é o de se pensar o universo dos arquivos,

não tanto a partir de uma dicotomia consagrada entre arquivos públicos e privados, mas de uma distinção entre arquivos institucionais, públicos ou privados, e arquivos pessoais. Quer dizer, dando ênfase às características do processo de acumulação e às especificidades dos documentos dos arquivos pessoais, que não estão submetidos a rotinas institucionais. Dessa forma, tais documentos além de se relacionarem às atividades/funções de seus titulares, obedecendo ao preceito arquivístico de proveniência, precisam ser correlacionados ao perfil desses titulares, além de terem que ser pensados como um conjunto, que tem uma lógica própria.

Documentos de arquivos pessoais, diferentemente de documentos de arquivos institucionais, não têm valor de prova legal. Seu valor é outro; é de ordem informativa, vale dizer, é de pesquisa histórica. Assim, é a perspectiva do usuário do arquivo – através das questões de pesquisa que propõe –, que estabelece o sentido de “prova” dos documentos desses arquivos. Como a abordagem e as questões teóricas de pesquisa mudam com o passar do tempo, é fundamental manter a integridade da documentação, não se descartando aquilo que, em determinado momento, se considere pouco importante, repetitivo etc. Pesquisadores se interessam muito pelo conteúdo dos arquivos pessoais, que oferecem informações complementares a dos arquivos institucionais, por contemplarem aspectos da vida privada dos indivíduos: a família, o lazer, os sentimentos. Mas os pesquisadores também se interessam, crescentemente, pela própria lógica existente nos arquivos pessoais, onde a acumulação de documentos é feita em temporalidades diversas, segundo práticas próprias ao momento e também à personalidade do titular. Um conjunto de fatores que ilumina o volume e a tipologia dos documentos de arquivos pessoais.

Como fica claro, o processo de acumulação e arranjo dos documentos feito pelo titular de um arquivo diz muito sobre ele mesmo e as conjunturas em que viveu. Arquivos pessoais resultam de um investimento e denotam um projeto que, com alguma frequência, tem sido aproximado de uma escrita de si. O arquivo pessoal, ele mesmo, é um lugar de memória e um testemunho de vida do titular. “Arquivar a própria vida” exige ação consciente, sistemática e duradoura; é uma prática cultural de construção de imagem de si, para si mesmo e para os outros, na posteridade.

No campo historiográfico, como fica claro, a descoberta dos arquivos pessoais está fortemente ligada ao chamado “retorno” dos indivíduos à História: ao reconhecimento de sua agência e a importância de sua subjetividade. Nas últimas décadas do século XX, tal perspectiva se associou, de maneira particular, à história cultural e também a uma “nova” história política. Uma mudança de paradigma que rejeita matrizes estruturalistas de vários tipos, passando a priorizar as interpretações dos atores, que diretamente experimentavam os fenômenos

sociais, sempre político-culturais. Uma mudança, vale destacar, que também é compartilhada no terreno dos estudos da crítica literária, no qual o texto passa a ser discutido “dentro” e “fora” dele mesmo, como objeto estético, não necessariamente autônomo, mas não necessariamente reflexo de qualquer realidade, seja ela mais ou menos constrangedora em suas normas, inclusive as de linguagem.

Quero destacar, assim, que o reconhecimento dos arquivos pessoais, internacionalmente, só é inteligível em função de uma revalorização do indivíduo na História e, por isso, de uma revalorização da lógica de suas ações, pautadas em escolhas no interior de um campo de possibilidades que tem limites, mas oferece alternativas.

Essa “nova” história cultural rejeita oposições dicotômicas entre individual e coletivo; entre quantitativo e qualitativo, assumindo um enfoque que trabalha com ambos os termos. Por repensar modelos macro-históricos e considerar a experiência dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais, essa história cultural se desenvolveu, em grande parte, associada a uma mudança de escala de trabalho do historiador, quer dizer, associada à micro-história. Mas no caso do Brasil, arrisco a dizer que foi a “nova” história política, entendida como igualmente social e cultural, que teve um papel fundamental nas formas de “fazer história” com a mobilização dos documentos dos arquivos pessoais.

Registro que duas das primeiras e mais importantes instituições de guarda de arquivos pessoais, no Brasil, formadas nos anos 1970, tinham projetos coletivos de história política. Refiro-me ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, o Cpdoc, da FGV, criado para guardar os papéis privados dos homens públicos da política brasileira do pós-1930; e o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, para receber a documentação acumulada por lideranças do movimento operário e sindical. Esses exemplos de montagem de instituições de guarda de arquivos pessoais conviverão com vários outros, fundados nas décadas seguintes. Essa é a experiência de uma geração de pesquisadores brasileiros que se envolveu na organização e na consulta de arquivos pessoais, vivendo cenários, que foram da desconfiança e algum desprezo, até a aceitação completa do valor desses arquivos e da escrita da história que se fazia com seus documentos.

Para o bem e para o mal, essa é a experiência de uma geração na qual me incluo. Vivi, intensamente, o processo de construção de um grande acervo de arquivos pessoais, cujas etapas eram localizar o arquivo; seduzir o potencial doador; receber e tratar a documentação e, por fim, trabalhar com aquele mundo de documentos em primeiríssima mão. Certamente o meu perfil e a minha trajetória, como historiadora, não são casuais. Sou, por excelência, uma historiadora da política, que foi crescentemente se dedicando à história dos intelectuais, com destaque os his-

toriadores e, nessa medida, à história da historiografia e à história da educação. Por isso, não consigo achar graça em narrativas históricas que se fazem sem dar uma dimensão humana aos processos sociais. É hora, então, de trabalhar com o arquivo de Gustavo Capanema.

2. BREVES NOTAS SOBRE A VIDA E O ARQUIVO DE UM OBSESSIVO

O arquivo Capanema chegou ao Cpdoc a partir de 1978, em quatro remessas. Sua doação foi feita pelo próprio titular, sendo formalizada em 1980 e tendo um inventário analítico publicado, em suporte papel, em 1990. Quando os documentos foram entregues, eu me lembro de ver carrinhos e mais carrinhos, cheios de papel, deslizarem pelo corredor da instituição. Todos nós, à época, impressionados e surpresos, percebemos que algo muito especial estava acontecendo e ainda iria acontecer. O arquivo Capanema, não era um arquivo pessoal qualquer. Mas, de início, não tínhamos a dimensão do que ele era.

Esse arquivo é composto por 200.000 documentos, que cobrem os anos que vão de 1914 a 1982, 70 anos de atividade pública do titular. Para se ter uma idéia, até meados da década de 1990, dos 114 arquivos pessoais existentes no Cpdoc, 90% deles era integrado por, aproximadamente, 10.000 documentos. Ou seja, o arquivo Capanema é 20 vezes maior que um arquivo, digamos, “normal”. Ele foi organizado em três partes: documentos textuais, composta por 14 séries; documentos audiovisuais, formada pela série fotografia, com mais de 5.000 imagens; documentos impressos, que tem duas séries, impressos, e mapas e plantas. Tal volume aponta para uma intenção de “arquivar a própria vida” pouco usual, não tanto pelo desejo de se perpetuar, mas pelos resultados que obtém e o arquivo comprova. Capanema tinha obsessão pela escrita e pela guarda da documentação. Na tarefa de arquivar teve a ajuda de um secretário que – não é piada –, morreu louco no Hospício de Barbacena, pequena cidade de Minas Gerais.

Gustavo Capanema nasceu em Pitangui, também em Minas Gerais, no ano de 1900 e morreu no Rio de Janeiro, em 1985. Nos anos vinte, como era comum para os jovens bem nascidos de seu tempo, ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais, tendo integrado um grupo que se tornaria conhecido, *a posteriori*, como o dos intelectuais da Rua da Bahia. Esses jovens mineiros ficariam célebres por se transformarem em políticos e intelectuais de renome nacional, bastando mencionar que, entre eles, estava Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault, Milton Campos, João Pinheiro Filho e o próprio Gustavo Capanema, entre outros.

Ainda nessa década, foi advogado e professor, além de iniciar sua carreira política como vereador em Pitangui. Foi nesse momento que ele travou contato com uma importante experiência de reforma educacional em seu estado, realizada pelo então Secretário do Interior e Justiça, Francisco Campos. Capanema, desde cedo, participou de uma rede de sociabilidade política e intelectual importante, até porque em 1930, ocupou o cargo de oficial de gabinete de seu primo, Olegário Maciel, eleito para o governo de Minas Gerais. Ambos, Maciel e Capanema eram apoiadores da Aliança Liberal que lançou Getúlio Vargas à presidência do país. Com a derrota nas urnas, mas com a vitória da chamada Revolução de 30, Maciel foi o único governador de estado a permanecer no cargo. Todos os demais foram destituídos pelo Chefe do Governo Provisório, que nomeou interventores de sua confiança.

Com a morte de Olegário Maciel em 1933, Capanema assume, interinamente, o governo do estado e pleiteia sua efetivação. Mas em meio a intensas disputas entre grupos da política mineira, não é bem sucedido. Transmite o cargo a Benedito Valadares e, pouco depois, em 1934, é nomeado por Vargas para ocupar o Ministério da Educação e Saúde. Antes dele e quando da criação do ministério, em 1930, o lugar coubera a outro mineiro, Francisco Campos. Capanema exercerá o cargo de ministro até o fim do Estado Novo, em 1945, sendo figura estratégica para a compreensão do mundo político-intelectual brasileiro no primeiro governo Vargas.

Como é fácil perceber, Capanema, desde os anos 1920, vivia perto do poder, participando, inclusive, de seu círculo mais restrito. Respirava poder, na medida em que desde meados dos anos 1930 era a personalidade que centralizava as decisões sobre aspectos os mais variados da vida cultural e educacional brasileira. São inúmeras as suas iniciativas como ministro. Entre as mais citadas estão a nova sede do ministério, um prédio modernista no coração do Rio de Janeiro; a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e a realização de reformas educacionais, entre as quais se destaca a do ensino secundário, conhecida como reforma Capanema. Mas o ministro fez muito mais, criando para “seu” ministério a imagem de um “lugar” arejado e moderno, ao mesmo tempo articulado e afastado do autoritarismo do Estado Novo.

Depois de 1945, ele voltou à carreira parlamentar, elegendo-se deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) de Minas, e continuou a se dedicar a assuntos ligados à educação, como é o caso da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Durante o governo João Goulart, de quem ele é opositor, deixa de privar da proximidade dos centros decisórios do poder, com que se habituara. Em 1964, apoia o golpe civil e militar, e quando da extinção dos partidos políticos, em 1965, vai para a Arena, elegendo-se senador por Minas, durante a década de 1970.

A face política de Capanema é, sem dúvida, preponderante, considerando-se sua trajetória de vida. Porém, ele sempre cultivou uma face intelectual, pela qual queria ser reconhecido por seus pares e por seus eleitores. Era alguém que fazia política com educação e cultura, e que cuidava de se apresentar como homem culto. Queria e foi respeitado (e até temido) pelo poder que concentrou; mas esse poder se respaldava em legitimidade intelectual. Por isso, Capanema pode ser considerado um dos intelectuais brasileiros mais exemplares e influentes, no que diz respeito ao exercício de práticas de mediação cultural que se fazem pela ocupação de cargos político-administrativos, o que não é muito ressaltado. Através do controle de posições no campo político (formal ou não), intelectuais defendem e implementam idéias e projetos que atingem um grande público, nesse caso, a população de estudantes de um país como o Brasil, durante décadas. Os bens culturais “produzidos” por esses intelectuais mediadores, traduzem-se, por exemplo, em decretos e normas; na criação e funcionamento de instituições culturais de vários tipos, enfim, em concepções educacionais e culturais que têm efeitos duradouros.

Estou consciente que essa é uma proposta polêmica, mas que defendo como frutífera para compreender a atuação de homens como Capanema, e também para entender as especificidades de seu arquivo pessoal. Como mencionei, arquivos pessoais se caracterizam por ter uma grande variedade de documentos, o que torna complexa a tarefa classificatória e a montagem de tipologias, tendo esse ponto grande importância para o pesquisador. Arquivos pessoais de intelectuais – artistas, literatos, cientistas, professores etc – são exemplares dessa diversidade. Frequentemente, nos arquivos pessoais predomina a documentação ligada às atividades profissionais. Mas elas aparecem “fora” do circuito profissional formal, dando a ver o dia-a-dia do titular, as pessoas com quem se relaciona mais e troca opiniões. São em menor número os registros referentes à vida familiar, religiosa etc do titular, embora as fotografias existentes possam ser muito reveladoras desses momentos de intimidade. Assim, em geral, a maioria de documentos é textual. No caso de Capanema, dos 200.000 documentos, 120.000 são manuscritos e datilografados, havendo ainda os impressos.

Nesse amplo conjunto, no caso dos arquivos de intelectuais, quero destacar certo tipo de documentos como particularmente valiosos para o trabalho do historiador da cultura, da educação, das ciências etc.

Em primeiro lugar estariam os documentos, de autoria do titular, que podemos classificar como de teor autobiográfico. Em muitos casos eles dão acesso ao processo de concepção de projetos, de propostas de criação ou de reforma de instituições, de debate de idéias, de formulação de diretrizes, de elaboração de discursos, de artigos e até de livros. E tais registros permitem ao pesquisador, não apenas

acompanhar as etapas iniciais de formulação de uma iniciativa, em rascunhos e minutas (algo que os arquivos institucionais não possuem, já que se dedicam aos resultados); como também alcançar as iniciativas que foram abandonadas. Podemos encontrar exemplos de textos que foram planejados e chegaram a ter versões, mas não foram publicados, por razões pouco claras. No caso do arquivo Capanema, temos um exemplo fantástico. Trata-se do planejamento de um livro ilustrado, que versaria sobre o “primeiro decênio” do governo Vargas e, por isso, intitulava-se, «Obra Getuliana». O projeto, sob supervisão direta de Capanema, levou anos, mas o livro nunca foi publicado. No arquivo está sua prova tipográfica, com mais de 600 fotografias e diversos textos, que faziam um balanço das realizações governamentais de 1930 a 1940.

Nesse mesmo sentido, vale chamar a atenção para a existência de cerca de 7.000 fragmentos que constituem o que se convencionou chamar de «cadernos de notas» de Capanema. Essa classificação não diz respeito ao suporte em que se encontram os registros (em forma material de caderno), mas à lógica de recolha do material e seu significado. Essas notas são uma escrita de si que, como lembra Foucault, remonta à Antiguidade greco-romana e se mantém até a modernidade. Tais notas são carregadas de caráter confessional, abarcando, por exemplo: citações de autores; indicação de textos a serem lidos ou observações sobre leituras realizadas; pensamentos e idéias; anotações que exprimem dúvidas, angústias; planos de textos a serem escritos etc. No caso dos professores, há planos de curso e de aula; bibliografias e comentários sobre autores e livros etc. Tais «cadernos de notas» nos permitem conhecer os autores preferidos do titular, observar suas formas de apropriação dos textos; opções por idéias etc. Enfim, eles reúnem coisas lidas, ditas e pensadas que foram destacadas sob a forma de um fragmento, que devia ser mantido por sua utilidade prática e/ou por sua significação simbólica.

Em segundo lugar, como marca registrada dos arquivos pessoais, com destaque o dos intelectuais, estaria a correspondência. Entendida como lugar de memória e lugar estratégico de sociabilidade intelectual, a correspondência traça, para o pesquisador, a rede intelectual de idéias e debates em que o titular se situa, através do tempo e sem a qual ele não conforma seu perfil. Seus amigos e desafetos; seus pares intelectuais, seus inimigos também. Evidencia toda uma dinâmica de troca de presentes de papel, de pedidos de favores e, quando o intelectual ocupa posição política de poder, de pedidos de emprego. A correspondência de Capanema é vastíssima e especialmente valiosa para se entender a imagem que o titular construía de si mesmo dentro desse circuito específico e de grande valor, que era o dos intelectuais. Realizei um estudo sobre ela, justamente para delimitar a presença dos intelectuais no universo de remetentes, apenas durante o período em

que Capanema foi ministro. Concluí que os intelectuais escreveram muito e que, entre eles, estavam alguns dos mais assíduos correspondentes do ministro. Sobre o que escreviam? Sobre praticamente todos os assuntos que mobilizaram o mundo cultural e educacional brasileiro dos anos 1930/40. Mas, como intelectual é gente e tem que viver, eram “pidões”, como a maioria dos demais correspondentes. E eles pediam emprego, embora geralmente não para si e sim para outros, no que, em boa parte, eram atendidos, como o arquivo comprova.

Por fim e como uma especificidade do arquivo Capanema, pode-se encontrar um conjunto de 123 documentos muito especial. Eles se referem ao planejamento e organização do próprio arquivo, em vários momentos do tempo, bem como incluem propostas de classificação dos livros de sua biblioteca particular. Esse tipo de registro é considerado raríssimo pela literatura, já que arquivos pessoais costumam chegar às instituições de custódia sem qualquer organização. Isso não ocorreu no arquivo Capanema, que evidencia claramente a preocupação do titular com o processo de acumulação e arranjo de seus documentos. Tais documentos foram chamados de meta-arquivo e se constituem em evidência de como o arquivo pode ser definido como um projeto autobiográfico de Capanema.

Enfim, embora muito mais pudesse ser dito sobre a importância e valor dos arquivos pessoais para a pesquisa histórica, que se volta para intelectuais; e muito mais também pudesse ser explorado no arquivo Capanema, entendo que o que foi feito é o bastante para que o mote de PRESERVAR da mesa esteja justificado. Muito obrigada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMENY, Helena, org. (2001) – *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: ed. FGV.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida Camargo (2009) – *Arquivos pessoais são arquivos*. «Revista do Arquivo Público Mineiro», Ano XLV, n.º 2, julho/dez. Belo Horizonte, p. 26-39.
- ESTUDOS HISTÓRICOS (1998). «Arquivos Pessoais», Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21.
- FOUCAULT, Michel (1992) – *A escrita de si*. In *O que é um autor?* Lisboa: Vega/Passagens, p. 129-160.
- FRAIZ, Priscila (1998) – *A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema*. «Estudos Históricos». Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88.
- GOMES, Angela de Castro (1998) – *Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados*. «Estudos Históricos», vol. 11, n.º 21. Rio de Janeiro, p. 121-127.
- (2004) – *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In GOMES, Angela de Castro, org. – *Escrita de si, escrita da História*, Rio de Janeiro: ed. FGV, p. 7-26.
- GOMES, Angela de Castro, org. (2000) – *Capanema, o ministro e seu ministério*, Rio de Janeiro: ed. FGV, 2000.

— (2009) – *Dossiê, arquivos pessoais*. «Revista do Arquivo Público Mineiro», Ano XLV, n.º 2, julho/dez. Belo Horizonte, p. 22-103.

HEYMANN, Luciana Quillet (2009) – *O indivíduo fora do lugar*. «Revista do Arquivo Público Mineiro», Ano XLV, n.º 2, julho/dez. Belo Horizonte, p. 40-71.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana Quillet, orgs. (2013) – *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: ed. FGV.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena B.; COSTA, Wanda Ribeiro, orgs. (1984) – *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp.

